

Patriarcado, capitalismo e caça às bruxas: contribuições a partir de Silvia Federici

Marina Paes Maurício Muniz¹

Resumo

A partir da obra *Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici, pretende-se examinar a ligação entre o período denominado por Marx como da acumulação primitiva (ou originária) e a caça às bruxas, destacando que o modo de produção em que vivemos, baseado no trabalho assalariado, produtor de mercadorias, tem como pressuposto histórico o trabalho não remunerado. Além de evidenciar que a escravidão e colonização foram pilares para o desenvolvimento do capitalismo, defende-se que o objetivo da caça às bruxas era colocar a procriação a serviço da acumulação capitalista. Por fim, enfatizamos que para libertar a mulher e os corpos dissidentes e enfim superar o patriarcado é preciso emancipar toda a humanidade da lógica de produção capitalista.

Palavras-chave: Federici. Caça às bruxas. Capitalismo. Patriarcado. Feminismo.

Abstract

Based on Silvia Federici's *Caliban and the witch*, this paper aims to examine the connection between the period, as says Marx, of the so called primitive accumulation, and the witch hunt. It is highlighted that the mode of production under which we live is based on wage-paid and commodity-producer labor, but has unpaid labor as its historical assumption. In addition to showing that slavery and colonization were pillars for the development of capitalism, it is argued that the objective of the witch hunt was to submit procreation to capitalist accumulation. Finally, it is emphasized that to free women and dissidents bodies and finally overcome patriarchy, it is necessary to emancipate all humanity from the logic of capitalist production.

Keywords: Federici. Witch hunt. Capitalism. Patriarchy. Feminism.

¹ Doutora em Filosofia pela UFRN. E-mail para contato: <marina.muniz328@gmail.com>.

Introdução

A cada 60 segundos, 30 mulheres são vítimas de algum tipo de violência em nosso país². Vivemos uma realidade em que o número de mortes, estupros, assédio sexual e violência doméstica tem aumentado cada vez mais. Não por acaso o combate à violência contra a mulher é pauta comum entre as feministas: ainda que nos dividamos em diversas correntes e partamos de diferentes arcabouços, lutamos por uma sociedade onde, no mínimo, possamos andar pelas ruas despreocupadas e viver sob condições mais dignas e igualitárias.³ O presente trabalho busca, a partir da contribuição historiográfica de Federici, resgatar elementos estruturais que foram essenciais para a consolidação dessa sociedade e que até hoje estão impregnados em nossas subjetividades, fazendo-nos reproduzir, conscientemente ou não, valores racistas, patriarcais, autoritários, sexistas, misóginos, LGBTQIA+fóbicos, etc. Pensar esses elementos estruturais é importante para combatê-los, pois torna-se uma ferramenta teórica para pensar o feminismo enquanto luta pela emancipação humana.

A caça às bruxas tem relação com valores misóginos reproduzidos até hoje? De que forma a violência contra a mulher e sua inferiorização tornaram-se ferramentas e elementos estruturais de controle e manutenção da lógica capitalista? Busca-se responder essas perguntas ao longo deste trabalho, trazendo para o centro do debate os dois primeiros capítulos de *Calibã e a bruxa* (2017).

Defende-se que, para superar o patriarcado enquanto sistema estrutural, é necessário romper com a lógica do capitalismo. É nesse sentido que a luta pela libertação da mulher e dos corpos dissidentes é também a luta pela emancipação do modo em que vivemos no capitalismo, da forma que nos autoproduzimos.

No primeiro momento veremos que a caça às bruxas e a expansão colonial foram condição histórica para o desenvolvimento da lógica capitalista de produção. Sublinhamos, então, a partir do trabalho magistral de Silvia Federici, que às mulheres foi relegado o trabalho doméstico e reprodutivo de tal forma que essa posição foi naturalizada e deshistoricizada, invisibilizando o papel feminino na reprodução material da vida. Também é preciso destacar o trabalho escravo como constituinte do período de

² Segundo levantamento realizado em fevereiro de 2019 pelo Datafolha. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>>. Acesso em 28/06/2020.

³ Cabe aqui demarcar posições: o feminismo reivindicado aqui extrapola, por necessidade, a luta por melhores condições de trabalho. Compreendemos que a lógica de incorporação da mulher na força de trabalho é insuficiente enquanto projeto emancipatório. Como se verá adiante, a luta pela libertação da mulher é também a luta pela emancipação do trabalho como ele existe no capitalismo.

acumulação: foi roubada a liberdade dos seres humanos ao serem traficados do continente africano para as colônias para produzir descomunal riqueza para os colonizadores.

Além de interligar a privatização da terra e a expropriação dos camponeses ao período o qual Marx denominou acumulação primitiva⁴, veremos que essa “transição” não se deu de forma espontânea, mas à base de muita miséria, degradação e extermínio de grande parte da população europeia e dos nativos do continente americano (ainda que com muita luta por parte dos expropriados).

Federici explica que usa o termo transição entre aspas porque apesar do nome não ser suficiente para representar as contradições e forças que estavam em movimento naquele momento da história, ajuda-nos a caracterizá-lo em seu sentido temporal (FEDERICI, 2017, p. 117). Para ela, chamar de transição o complexo processo de transformação do regime feudal para o capitalista “é, em muitos sentidos, uma ficção”, pois nos dá a ilusão de que foi um processo linear, sugerindo que houve um desenvolvimento histórico gradual em direção ao capitalismo. É preciso pensar a transição, portanto, como “um processo prolongado de mudança” onde sociedades em que já havia acumulação capitalista “coexistiam com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas.” (FEDERICI, 2017, p. 116) Sublinhamos que este se tratou de um dos períodos “mais sangrentos e descontínuos da história mundial”, tendo a violência como pilar desse processo, “uma época que foi testemunha de transformações apocalípticas que os historiadores só podem descrever nos termos mais duros: a Era de Ferro (Kamen), a Era do Saque (Hoskins) e a Era do Chicote (Stone).” (FEDERICI, 2017, p. 116)

Veremos que é exatamente nesse momento da história que a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. As mulheres, que até então detinham conhecimento sobre a terra, a produção, seus próprios corpos e métodos contraceptivos e abortivos, deixam de deter o controle da reprodução da espécie, o qual passará agora às mãos do Estado.

⁴ O período da acumulação primitiva foi um processo extremamente violento de expropriação do povo, escravização de indígenas e africanos, saque colonial e extrema corrupção e saques por parte da Igreja. Essas foram as condições para a expansão do capitalismo: não restou (para a população que sobreviveu aos massacres no continente europeu) outra opção além de vender sua força de trabalho. Vale lembrar que esses processos de expropriação, saque e violência nunca deixaram de acontecer: a violência contra os povos pobres e oprimidos, em nosso modo de produção, é sistemática. Não precisamos ir muito longe para encontrar exemplos: as invasões, ataques e grilagem nas comunidades indígenas ilustram bem essa realidade.

A institucionalização do controle do Estado sobre o corpo feminino se deu devido a necessidade de que as mulheres procriassem para aumentar a população e, conseqüentemente, o número de pessoas que não teriam outra opção além de vender sua força de trabalho para sobreviver. O capitalismo, desde o princípio, emerge para submeter-nos a uma lógica em que somos reduzidos à condição de meros trabalhadores, mantenedores da ininterrupta reprodução do ciclo do capital. Se todos fomos reduzidos a tal condição, no caso das mulheres, fomos reduzidas à condição de máquinas de reproduzir. Ou, em outros termos, máquinas de (re)produzir mão-de-obra. A autonomia sobre nossos próprios corpos nos foi tomada. A maternidade, em grande parte dos casos, tornou-se compulsória e, mais do que isso, tornou-se trabalho. Nossos úteros foram colocados à serviço do capital. Entende-se, portanto, que a luta feminista tem de ser anticapitalista, pois trata-se da luta pela emancipação de todo o gênero humano das condições postas pela lógica do capital. Para libertar a humanidade dessa lógica patriarcal e capitalista é necessário mudar a forma como nos autoproduzimos, é preciso livrar-nos de trabalhar nos termos da produção de mercadorias, é preciso abolir o trabalho produtor de valor.

O processo de cercamento

Diferente do que muitas vezes se pensa quando falamos no período da Baixa Idade Média sob o regime feudal (mais especificamente, os séculos XI, XII e XIII), Federici narra um cenário muito distinto de uma mera reprodução da lógica suserano-vassalo, onde os servos se viam conformados em suas relações com seus senhores. No primeiro capítulo de *Calibã e a bruxa* (2017) descobrimos que o campesinato lutava bravamente contra o processo de privatização da terra, o cercamento dos campos, etc; havia muita resistência ao modo de vida que, aos poucos, estava sendo imposto, centrado no trabalho como forma de mediação social.⁵ Notamos que essa transição entre regimes de produção não se deu de forma espontânea, mas à base de muita miséria, degradação e extermínio de grande parte da população, não só europeia, como de 95% da população nativa do continente americano. (FEDERICI, 2017, p. 167)

Sob o regime feudal, os camponeses tinham acesso à terra, podendo eles mesmos produzirem seus meios de subsistência (o que os deu potencial político e ideológico),

⁵ Para ver mais detalhes sobre a formulação do marxismo não tradicional, que dá ênfase à especificidade do trabalho no capitalismo como atividade social mediadora, conferir Postone (2014), Duayer e Araújo (2015) e Muniz (2019).

tinham ainda acesso aos “espaços comunais” (pradarias, bosques, lagos e pastos onde coletavam os recursos de que necessitavam para manter-se, como lenha para combustível, peixes, terras para pastoreio e madeira para construção), o que fomentava a coesão e cooperação comunitárias (ibidem, p. 50). As mulheres, nesse período histórico, já se encontravam em uma posição social inferior à dos homens, entretanto “as servas eram menos dependentes de seus parentes dos sexos masculinos, se diferenciavam menos deles física, social e psicologicamente e estavam menos subordinadas a suas necessidades do que logo estariam as mulheres ‘livres’ na sociedade capitalista.” (ibidem, p. 51). A dependência das mulheres com relação aos homens se dava majoritariamente, neste período, devido ao fato de que “sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual” (ibidem, p. 52). A autoridade do servo homem sobre a mulher se dava pelo fato de que a terra era geralmente entregue à unidade familiar. Aqui ainda não havia desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico. As mulheres cuidavam dos filhos, cozinhavam, fiavam, cuidavam da terra e, além disso, as relações coletivas prevaleciam sobre as relações familiares de tal forma que os valores de solidariedade e cooperação entre mulheres constituía uma fonte de poder e de proteção entre estas.

As terras arrendadas pelos camponeses eram pagas com o trabalho que deveriam executar, certos dias da semana, nas terras dos senhores. “Esses ‘serviços laborais’ eram as cargas que afetavam mais diretamente a vida dos servos e, ao longo do século XIII, foram o tema central da luta por liberdade.” (ibidem, p. 55). As lutas antifeudais se caracterizaram pela resistência à subordinação a uma vida conformada e centrada em trabalhar para a classe⁶ mais abastada. Expressam ainda a revolta do povo em relação ao poder eclesiástico e todas as suas formas de extorsão⁷.

Em resposta à luta antifeudal, foi adotada uma resolução onde os serviços laborais dos servos foram substituídos por um pagamento em dinheiro, colocando a

⁶ Não será possível, neste espaço, discutir o conceito de classes, mas vale dizer que o usaremos para fazer referência à época da transição. O marxismo não tradicional, contudo, diferente de sustentar a ideia de que “a história da humanidade é a história da luta de classes”, compreende que as classes só existem no capitalismo, pois são constituídas pelo valor. Para eles, em sociedades pretéritas houve relações de dominação e protoforma do valor, mas as classes só teriam se consolidado sob o capitalismo.

⁷ Até o século XI práticas como venda de absolvições, ofícios e indulgências religiosos eram comuns tanto entre os padres das aldeias quanto para o papa. Faziam de todos os sacramentos um mercado. “As coisas degeneraram a tal ponto que o clero não enterrava os mortos, nem batizava ou dava absolvição dos pecados, se não recebesse alguma compensação.” (FEDERICI, 2017, p. 72).

relação feudal sob uma base mais contratual (ibidem, p. 60). Tal medida praticamente extinguiu a servidão, entretanto, tal substituição também cooptou os objetivos da luta e contribuiu para dividir e desintegrar a aldeia feudal. Além disso, a substituição pelo dinheiro-aluguel dificultou os trabalhadores medirem sua exploração “na medida em que os serviços laborais eram substituídos por pagamentos em dinheiro, os camponeses deixavam de diferenciar entre o trabalho que faziam para si mesmos e aquele que faziam para os senhores” (ibidem, p. 62).⁸ Guiada por Marx, Federici ainda destaca que tal substituição tornou possível que os arrendatários empregassem e explorassem outros trabalhadores de tal forma que esses antigos camponeses possuidores de terra posteriormente tenham se transformado em arrendatários capitalistas.

A difusão das relações monetárias trouxe consigo uma divisão do campesinato de tal forma que aqueles que tinham um pedaço maior de terra tinham mais rendimentos e, conseqüentemente, a diferença social foi aumentando, gerando uma situação em que muitos viviam sob extrema pobreza, mantendo-se vivos por meio de doações periódicas.

A monetização da vida econômica gerou conseqüências drásticas na vida das mulheres, à medida que seu acesso à posse de terra foi dificultado, principalmente no caso das solteiras e viúvas. Como conseqüência vemos, no final do século XIII, um movimento de imigração do campo para as cidades liderado por mulheres. Ali “a maioria vivia em condição de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (com frequência multadas por não terem licença), fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas.” (ibidem, p. 63). Ainda assim, a vida nos centros urbanos lhes dava mais autonomia: algumas viviam com seus filhos como chefes de família e outras moravam coletivamente com outras mulheres, o que reduziu a subordinação à autoridade masculina. Em pouco tempo, via-se mulheres trabalhando em funções que futuramente seriam consideradas trabalho masculino: pedreiras, açougueiras, ferreiras, chapeleiras, padeiras, cervejeiras e comerciantes foram algumas de suas ocupações. A maior parte das guildas inglesas também tinham um número considerável de mulheres trabalhando, além de controlarem algumas delas, como a indústria da seda. Federici narra

⁸ Já é possível encontrar aqui um marco histórico de um dos elemento-chave investigado por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o trabalho alienado. Na sociedade capitalista “o produto do trabalho dos sujeitos lhes é defrontado como algo estranho a seu próprio criador. O produto do trabalho humano, portanto, torna-se uma entidade exterior e independente de nós.” (MUNIZ, 2019, p. 17). É condição para a generalização desta estrutura (alienada) de produção que os sujeitos sejam separados da terra e de qualquer possibilidade de subsistir de forma autônoma. O trabalho se tornou uma atividade externa, exterior, estranha aos próprios sujeitos que trabalham. Trata-se de uma “relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.” (MARX, 2004, p. 87). Os sujeitos vivem fora de si, para o outro, para o trabalho.

um cenário, no século XIV, onde as mulheres também estavam se tornando professoras escolares, médicas e cirurgiãs, sendo algumas inclusive contratadas pela prefeitura de Frankfurt para atender no serviço público de saúde e alcançando grande prestígio em algumas ocasiões. (FEDERICI, 2017, p. 64)

Com o aumento de sua autonomia e, conseqüentemente, de sua insubordinação aos valores pregados pela Igreja, vemos o começo de uma reação misógina à nova independência feminina: aumento do sermão dos padres nas Igrejas condenando a indisciplina, dos registros de abusos contra elas, além de uma reformulação dos regulamentos das cidades com relação à prostituição.

Após tratarmos sobre alguns acontecimentos chave dos séculos XIII e XIV (como a Peste Negra e as guerras camponesas) veremos de que forma a institucionalização da prostituição foi utilizada pelas autoridades locais como tentativa de controle da sexualidade e reprodução. Tal medida veio em resposta à resistência popular que se espalhava por toda a Europa ocidental.

O melhor exemplo da resistência da população europeia são as “seitas hereges” que floresceram durante mais de três séculos na Alemanha, França, Itália e Flandres. Os heréticos foram o “movimento de oposição mais importante da Idade Média”, questionando tanto as hierarquias sociais e a exploração de sua capacidade de trabalho quanto a corrupção clerical: “a rejeição a todas as formas de autoridade e um forte sentimento anticlerical eram elementos comuns em todas as seitas.” (ibidem, p. 73). Buscavam por uma alternativa concreta às relações feudais e constituíram uma grande resistência à crescente monetarização da economia. Tratou-se de uma tentativa consciente de criar uma nova sociedade e eles conseguiram, efetivamente, criar uma estrutura comunitária com dimensão internacional, onde se formaram redes de apoio e estabeleceram-se conexões através de feiras comerciais, peregrinações e migrações para outros países por parte dos refugiados que estavam sendo perseguidos, possibilitando que os membros das seitas tivessem mais autonomia, além de ajuda e motivação nos momentos de necessidade.

A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefiniu todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais. (ibidem, p. 70)

Há de se destacar a violência com a qual foram perseguidos e assassinados (queimados na fogueira, enforcados) e os esforços, por parte da Igreja, em apagar todos

os rastros dos valores que pregavam. Ao denunciar as hierarquias sociais, questionavam, conseqüentemente, “o principal senhor de terras da Europa e uma das instituições que mais contribuía com a exploração cotidiana do campesinato”: a Igreja (FEDERICI, 2017, p. 72). Além disso, não acreditavam que Deus falasse por meio do clero, condenando o poder despótico da Igreja e seus incontáveis meios de extorsão. É possível perceber também, nos códigos hereges, uma tentativa de controlar a taxa de natalidade, tendo sido perseguidos, diante da crise demográfica e conseqüente escassez de trabalhadores no final do século XIV, por serem associados aos crimes reprodutivos (em especial, ao aborto, infanticídio e “sodomia” - palavra utilizada na época para fazer referência a homossexualidade) e a qualquer forma de anticoncepção. Não é difícil perceber a ameaça que representavam ao domínio clerical, o qual se esforçava para estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade (FEDERICI, 2017, p. 77).

Desde que o cristianismo se tornou a religião estatal, no século IV, é possível notar a tentativa eclesiástica de regular o comportamento sexual da população: passaram a identificar o sagrado com a prática de evitar o sexo e as mulheres. Tentaram impor um verdadeiro catecismo sexual (desde a posição em que se poderia transar aos dias em que poderiam ter relações sexuais, com quem, etc.), o qual foi reforçado no século XII. Foi também a partir de então que a Igreja intensificou seus ataques às relações homossexuais e ao sexo não procriador. Assim, é possível ver, nas escolhas sexuais dos membros das seitas hereges, uma tentativa de libertar seus corpos do controle clerical. No movimento herético todos possuíam os mesmos direitos, tendo as mulheres, em algumas seitas, “direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais.” (FEDERICI, 2017, p. 83). Algumas formavam suas próprias comunidades, outras dividiam moradia com homens em relação fraterna e sabe-se que procuravam controlar sua função reprodutiva, tendo acesso ao aborto e a métodos contraceptivos (ibidem, p. 84). Contudo, assim que perceberam que o controle da mulher sobre a reprodução poderia se tornar uma ameaça à estabilidade econômica e social, diante da extrema redução demográfica causada pela Peste Negra (1347-1352), os aspectos sexuais da heresia passaram a possuir maior relevância em sua perseguição. O movimento herético passou a ser demonizado: acusados de cultuar animais, sacrificar crianças, voos noturnos e rituais orgásticos junto do diabo, esse período também marca “a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas, de forma que, no início do século XV, a bruxa se transformou no principal alvo de perseguição aos hereges.” (ibidem, p. 86).

Ao longo de todo o século XIV houve revolta dos camponeses em diversos países da Europa. Apesar do apoio, unificação e solidariedade entre a população (camponeses, artesãos, trabalhadores, pobres urbanos), milhares de pessoas foram mortas. O que os unia era a aspiração comum em nivelar as diferenças sociais. Diante desse movimento unificado, a burguesia local encontrava-se em estado de terror constante. Na mesma época, apesar da estratégia adotada por alguns movimentos heréticos de recusa ao trabalho, tem-se, por outro lado, uma valorização do trabalho, a qual refletia a formação de uma classe de trabalhadores assalariados urbana, empregados por mercadores ricos em indústrias que produziam para exportar.

No século XIV houve ainda um outro fator que mudou profundamente a vida social e política na Europa: a Peste Negra, a qual matou, em média, entre 30% e 40% da população europeia (ibidem, p. 96). A familiaridade com a morte afetou a disciplina de trabalho. Não tinha sentido se preocupar com rotina de trabalho ou regulações sociais e sexuais se no dia seguinte se poderia estar morto, as pessoas queriam festejar enquanto ainda estavam vivas.

Vemos, contudo, que a consequência mais relevante da peste foi a escassez de mão de obra e o conseqüente aumento do custo de sua força de trabalho, favorecendo os mais desfavorecidos. Aldeias inteiras se organizavam conjuntamente e se recusavam a pagar multas, aluguéis, impostos e prestar serviços e, a terra, que antes era escassa, devido à população dizimada, passou a ser abundante. Era possível, portanto, mudar-se e encontrar novas terras para cultivar. Vale mencionar que, com a elevação do custo da mão de obra, novas práticas para intensificar a exploração foram estabelecidas e, em alguns casos, como em Florença em 1366, foi autorizada a importação de escravos. Passaram a condenar a vadiagem e o ócio, perseguir a “vagabundagem”, os mendigos e a recusa ao trabalho. Tais medidas, entretanto, só aprofundaram o conflito, gerando reações e insurreições entre os trabalhadores de diversas localidades. As guerras camponesas não paravam: “Regiões inteiras rebelaram-se, formando assembleias e recrutando exércitos. Algumas vezes, os camponeses se organizaram em bando, atacaram os castelos dos senhores e destruíram os arquivos onde eram mantidos os registros escritos de servidão.” (ibidem, p. 99), empenhando-se em romper os laços com os domínios feudais.

“Em nenhum lugar os rebeldes se conformaram apenas em exigir algumas restrições do regime feudal, tampouco negociaram exclusivamente para manterem melhores condições de vida. O objetivo era colocar fim ao poder dos senhores.” (ibidem, p. 99-100). Federici nos diz que, no começo do século XV, ao menos da Inglaterra, a

servidão praticamente havia sido abolida por completo, ainda que a Revolta Camponesa (1381) tenha sido derrotada política e militarmente, tendo seus líderes sido executados inescrupulosamente.

A realidade da população europeia na segunda metade no século XIV e em boa parte do século XV era de salário alto, comida barata, recebiam diariamente, não trabalhavam nos domingos e principais feriados, além de alimentação e transporte para o trabalho garantidos; trata-se de uma realidade que só foi vista novamente no século XIX. O aumento dos níveis salariais também alcançou as mulheres, pois, devido à catástrofe demográfica produzida pela Peste Negra, a diferença entre a renda feminina e masculina se reduziu. Apesar de ainda receberem menos, seus salários também triplicaram e quadriplicaram. Toda mão de obra disponível era necessária. Esse momento representou o desaparecimento da servidão e a conquista de um nível de vida mais digno entre a população europeia. (ibidem, p. 102)

No final do século XV, porém, foi empreendida a contrarrevolução, gerando um desmantelamento principalmente da vida das mulheres. Como forma de dividir o povo, foram implementadas políticas sexuais que promoviam uma degradação da mulher. A violência sexual contra estas aumentou fortemente. Praticamente descriminalizaram o estupro na França nos casos em que as vítimas eram mulheres de pobres. Chegou ao ponto do estupro coletivo de mulheres pobres se tornar uma prática comum! Foi assim que “o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal.” (ibidem, p. 104).

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina. (ibidem, p. 104)

O que vemos na sequência é a institucionalização da prostituição, a proliferação de bordéis (geridos publicamente e financiados por impostos) nas cidades de toda a Europa e a perseguição aos homossexuais. Foi eliminada qualquer restrição ou penalidade contra a prostituição de tal forma que “Até mesmo a Igreja chegou a ver a prostituição como uma atividade legítima.”, sendo considerada serviço público. (ibidem, p. 106)

Em resposta à intensificação dos conflitos sociais, vemos uma centralização do Estado como o único agente capaz de enfrentar a generalização da luta e de preservar as relações de dominação. Passa então a cumprir a função de manter a lógica dominante,

favorecendo sempre os mais ricos, como o faz até hoje. Estabeleceram leis que fixavam o custo do trabalho e, conseqüentemente, um salário máximo, proibiram a vadiagem através de punições severas e incentivavam os trabalhadores a se reproduzir. O que se explicita neste período é a aliança entre burguesia e nobreza para derrotar as revoltas que ocorriam por toda a parte. “Se eles foram derrotados, foi porque todas as forças do poder feudal – a nobreza, a Igreja e a burguesia -, apesar de suas divisões tradicionais, os enfrentaram de forma unificada por medo de uma rebelião proletária.” (ibidem, p. 107). Federici ainda nos diz que a imagem que temos hoje de uma burguesia em conflito constante com a nobreza, clamando por valores democráticos e igualitários, é ilusória. “Na Baixa Idade Média, para onde quer que olhemos, desde a Toscana até a Inglaterra e os Países Baixos, encontramos uma burguesia já aliada com a nobreza visando à eliminação das classes baixas.” (ibidem, p. 107-8, itálico adicionado). Tendo reconhecido nos camponeses, tecelões, fiandeiras, sapateiros etc uma ameaça, a burguesia teve de sacrificar sua autonomia política em prol da manutenção daquela lógica.

Foi assim **que a burguesia urbana**, depois de dois séculos de lutas para conquistar a soberania plena dentro das muralhas das comunas, **restituiu o poder à nobreza**, subordinando-se voluntariamente ao reinado do Príncipe e dando, assim, o primeiro passo em direção ao Estado absolutista. (ibidem, p. 108, grifos adicionados).

Compreendido para muito além do processo de privatização e cercamento das terras, quando falamos em *processo de cercamento*, o entendemos aqui como o cercamento de nossa sexualidade, de nossos corpos, de nossa relação com a natureza e com o tempo, dos valores e relações da vida comunal, da possibilidade de desenvolvimento pleno de nossas individualidades. Tal processo se relaciona intimamente com o que denominamos acumulação primitiva (ou originária), termo utilizado por Marx no final do primeiro tomo de *O Capital* (2017). Tal como Federici o faz em *Calibã e a bruxa* (2017) e *Mulheres e caça às bruxas* (2019a)⁹, pretende-se explicitar essa relação inextrincável entre o período da acumulação primitiva e a caça às bruxas, sem deixar de tratar do processo de colonização das Américas e do tráfico de africanos para trabalho escravo nas colônias.

9 Ver também *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019b). Ali vemos um compilado de diversos textos que a historiadora escreveu ao longo de sua trajetória no movimento feminista. Vale destacar os artigos “Por que a sexualidade é trabalho” (1975) e aqueles contidos no capítulo denominado “Globalização e reprodução social”, pois trazem para o centro a atualidade do tema no contexto neoliberal, onde vemos a exacerbação do extermínio da população indígena e dos níveis de desmatamento e degradação da natureza, além do aumento da violência contra mulheres, principalmente as mais pobres e mais velhas, e toda a população LGBTQIA+, sem mencionar a violência crescente dos militares nas periferias de todo o país.

Precisamos olhar para esse processo de “transição” para um modo de produção baseado no trabalho assalariado procurando entender de que forma, historicamente, ele emergiu e quais foram suas bases. Se considerarmos a caça às bruxas, a Conquista das Américas e a escravidão, não é difícil perceber que o capitalismo se constituiu (e constitui até os dias atuais) às custas da degradação das vidas humanas. Falamos aqui de degradação em muitos sentidos: tanto da violência direta contra negras e negros e moradores da periferia quanto dos altos índices de violência contra a mulher e a população LGBTQIA+, quanto da violência diária que todos nós sofremos por vivermos em um mundo onde somos reduzidos à condição de meros trabalhadores. Somos subsumidos a uma lógica (própria do capitalismo) em que não nos resta outra opção senão vender nossa capacidade de trabalho para subsistir. A separação dos seres humanos das terras foi fundamental para nos transformar em “trabalhadores livres”. Livres da possibilidade de reproduzir nossa própria subsistência por nós mesmos e “livres” para dispor da própria força de trabalho como mercadoria. (MARX, 2017, p. 244). Precisamos entender que esse modo de produção tem como sustentáculo o racismo e o machismo estruturais não por acaso, mas porque historicamente ele se desenvolveu em detrimento dessas vidas. Vejamos mais detalhes de como se deu esse processo e, em seguida, façamos o esforço de pensar de que forma a perseguição às mulheres e às pessoas dissidentes dessa binaridade de gênero, além da catequização dos povos nativos, se entrelaça com sua demonização e o medo que estes representavam para as autoridades.

Acumulação primitiva e caça às bruxas

A partir de Marx, Federici destaca que ao examinar a acumulação primitiva como um processo que funda uma nova forma de sociabilidade, torna-se possível revelar as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. Por outro lado, argumenta que Marx examinou tal processo do ponto de vista dos trabalhadores assalariados do sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, deixando de considerar a degradação da posição social das mulheres e a necessidade de sua capacidade reprodutiva para manter a produção da força de trabalho, “pois no capitalismo a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se converteram em um 'trabalho de mulheres', embora mistificado, pela sua condição de não assalariado, como serviço pessoal e até mesmo como recurso natural.” (FEDERICI, 2017, p. 26)

Como já indicamos, temos, no final do século XV, um cenário de privatização da terra, expansão colonial e muitas guerras. Há de se destacar que a partir do século XVI as guerras se tornaram ainda mais frequentes, tendo sido os exércitos ampliados cerca de dez vezes em seu tamanho, sem contar aspectos de inovação tecnológica. O objetivo de tais exércitos, comandados pelos que dominavam, era apenas um: eliminar o inimigo.

Sob esse processo de expropriação, “vilarejos inteiros foram derrubados para serem transformados em pasto” (ibidem, p. 134). Ampliou-se a produção e conseqüentemente a quantidade de comida tanto no mercado interno quanto para exportação, contudo, para os trabalhadores isso significou dois séculos de fome. Com o surgimento do capitalismo agrário, o número de indigentes cresceu fortemente, pois as terras comunais (pradarias, bosques, pedreiras) eram fundamentais para a reprodução de muitos. Vemos nelas “a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e sociabilidade campesina.” (ibidem, p. 138). Para as mulheres a perda foi ainda maior, pois, por terem menos poder social e direito sobre a terra, dependiam mais diretamente de tais espaços.

Parafrazeando a afirmação de Alice Clark sobre a importância dos mercados para as mulheres na Europa pré-capitalista, é possível dizer que **as terras comunais também foram o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio – autônomo da perspectiva masculina** – sobre os acontecimentos da comunidade (Clark, 1968, p. 51). (ibidem, p. 138, destaque adicionados)

Não foi à toa que, depois de dois séculos de perseguição e extermínio, no fim século XVIII, jogaram as mulheres para dentro de casa, tomando-lhe qualquer possibilidade desse espaço de troca. Ao longo desses dois séculos, diante da expropriação massiva, o número de pessoas sem acesso à terra e sem condições de se manter se elevou a tal ponto que se expandiu o poder dos empregadores para reduzir os salários e aumentar a disciplina e o dia de trabalho. “Em regiões protestantes, isso ocorreu sob o disfarce da reforma religiosa, que duplicou o ano de trabalho, por meio da eliminação dos feriados religiosos.” (ibidem, p. 140)

Por outro lado, via-se um ódio e repulsa ao trabalho assalariado como nunca visto anteriormente. Se na Idade Média os trabalhos poderiam ser vistos como um instrumento de liberdade, a partir dali passaram a ser vistos como um instrumento de escravidão. Encarado dessa forma, muitos preferiam mendigar e “vagabundar” do que trabalhar por um salário.

Novamente as mulheres foram as que mais perderam diante desse processo, pois uma vida de “vagabundagem” e constante migração as deixava mais expostas à violência masculina em um cenário em que a misoginia só aumentava. Nesse processo de expansão das relações monetárias, as mulheres encontravam cada vez mais dificuldade para encontrar trabalho, tendo sido relegadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este estava sendo desvalorizado.

Com o esfacelamento da unidade entre produção e reprodução, típica de sociedades baseadas na economia de subsistência e produção para uso, as atividades passaram a ser cada vez mais sexualmente diferenciadas, tendo todas as atividades domésticas sido deixadas de serem consideradas trabalhos. Enquanto isso, a produção para venda era caracterizada como atividade criadora de valor. “O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores - quando era realizado para os senhores ou fora do lar.” (ibidem, p. 145).

A importância da reprodução da força de trabalho realizada na esfera do lar e sua função para a acumulação primitiva foi ocultada e naturalizada como vocação natural e “trabalho de mulher”. Tal transformação redefiniu a posição social das mulheres em relação aos homens, pois o aumento de sua dependência do trabalho assalariado masculino tornou tal salário um instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Federici destaca esse “uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado.” (ibidem, p. 146).

Não foram os trabalhadores – mulheres ou homens – que foram libertados pela privatização da terra. O que se “libertou” foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora “livre” para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não mais como meio de subsistência. Libertados foram os proprietários de terra, que agora podiam despejar sobre os trabalhadores a maior parte do custo de reprodução, dando-lhes acesso a alguns meios de subsistência apenas quando estavam diretamente empregados. Quando não havia trabalho disponível ou esse trabalho não era lucrativo o bastante – como, por exemplo, em épocas de crises comerciais ou agrárias -, os trabalhadores podiam, ao contrário, ser despedidos e abandonados à própria sorte para morrer de fome. (ibidem, p. 147)

Com a privatização da terra, o preço dos alimentos, que há dois séculos estava estacionado, passou a subir, reduzindo drasticamente os salários reais. Esse fenômeno foi chamado de Revolução dos Preços e trouxe consequências devastadoras para a população europeia. A alimentação do povo mudou drasticamente: não comiam mais carne, vinho, cerveja, sal, azeite, etc. Suas dietas ficaram reduzidas, basicamente, a pão. Nesse período, devido ao colapso histórico dos salários reais, a situação das mulheres ficou ainda mais

degradada, o que teve como consequência um aumento colossal da prostituição. (ibidem, p. 148-151)

Não por acaso, nas décadas de 1540 e 1550, e depois, de 1580 e 1590, onde a população europeia viveu um período de extrema fome e miséria, a quantidade de julgamentos de bruxas atingiu patamares elevadíssimos. Acreditava-se que as pessoas vendiam suas almas para o diabo em troca de comida. (ibidem, p. 154-5)

Se nos séculos XIV e XV a luta do povo se caracterizou pelas demandas por mais liberdade e menos trabalho, nos séculos XVI e XVII vemos uma generalização de revoltas por comida, ataques constantes a padarias e armazéns e motins, na maior parte das vezes liderados por mulheres, para impedir a exportação das colheitas locais. Também não é por acaso que as mulheres lideravam tais movimentos, afinal, foram as que mais sofreram por terem um acesso cada vez mais reduzido a dinheiro e emprego. (ibidem, p. 155-6). A luta por comida se deu de diversas formas (caça ilegal, roubos de campos, ataques às casas dos ricos), criando também um medo generalizado entre os mais ricos e um imaginário que ligava a imagem das pobres famintas à bruxaria.

Não surpreende que os “delitos famélicos” tornaram-se muito preocupantes nos procedimentos disciplinares dos séculos XVI e XVII. Um exemplo é a recorrência do tema “banquete diabólico” nos julgamentos por bruxaria, sugerindo que banquetear-se de cordeiro assado, pão branco e vinho era agora considerado um ato diabólico, se fosse feito por “gente comum”. (ibidem, p. 158)

As revoltas não cessavam: lutavam contra a fome, a privatização da terra, a dependência do salário, a abolição dos direitos consuetudinários, a imposição de novos impostos, a presença cada vez maior de exércitos nas vizinhanças, etc. Houve muita resistência ao novo modo de produção. Vemos, em resposta, uma iniciativa do Estado de repressão das lutas e comoções: além do investimento cada vez maior nos exércitos, foram criadas leis contra a “vagabundagem”, que prescreviam a escravidão e pena de morte nos casos de desobediência. Os objetivos dessas iniciativas estatais eram, em resumo, (i) criar uma força de trabalho mais disciplinada, (ii) dispersar os protestos sociais e (iii) fixar os trabalhadores nas ocupações que lhes haviam sido impostas (ibidem, p. 162). Para isso foi necessário dessocializar e descoletivizar a reprodução da força de trabalho (levando-a da esfera pública para a privada, a da família) através de um ataque contra qualquer forma de sociabilidade e sexualidade coletivas, como festas, esportes, danças, festivais, funerais e qualquer tipo de atividade em grupo que estimulava laços e valores de solidariedade entre o povo. Impunham um uso mais produtivo do tempo livre

e um ritmo mais linear de vida para o trabalho¹⁰, condenando o ócio, a preguiça e “vagabundagem” e implementaram uma verdadeira reforma moral (ainda mais forte nas localidades onde as religiões protestantes estavam em ascensão), tendo sido até mesmo a relação dos indivíduos com Deus privatizadas: “nas regiões protestantes, por meio da instituição de uma relação direta entre o indivíduo e a divindade; nas regiões católicas, com a introdução da confissão individual” (ibidem, p. 162).

Entre 1530 e 1560 foi criado um sistema de assistência pública em diversas localidades da Europa. Federici destaca que este foi o primeiro passo em direção a uma redefinição da função do Estado como “garantidor da relação entre as classes” e “supervisor da reprodução e da disciplina da força de trabalho” (ibidem, p. 164). A responsabilidade pela reprodução, regulação e repressão do trabalho não era mais dos empregadores, mas do Estado. Foi a partir deste momento da história que foram introduzidos os registros demográficos: passaram a calcular a quantidade de pobres, de alimentos que necessitavam, as taxas de natalidade, casamento e mortalidade, etc. Exigia-se, entretanto, que os pobres trabalhassem em troca de comida e criaram as “casas de trabalho”, encarcerando a população que não estava atada a um emprego e submetendo-os a todo tipo de experimento.

É importante notar que toda essa miséria sofrida foi (e ainda é!) condição histórica para o desenvolvimento do capitalismo. “O empobrecimento, as rebeliões e a escalada do 'crime' são elementos estruturais da acumulação capitalista, na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de produção para impor seu domínio.” (FEDERICI, 2017, p. 161) O processo de expropriação é contínuo dentro da lógica capitalista de produção e é possível, sistemática e periodicamente, observar suas investidas. Atualmente presenciamos um forte aumento dos ataques às comunidades indígenas, quilombolas e movimentos sociais por direito à terra.¹¹

sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em

10 Para mais detalhes sobre a nova noção de tempo (mais linear), os novos hábitos e disciplina de trabalho que tentavam fortemente implementar, ver Edward P. Thomson (1998) em “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”.

¹¹ Em *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*, Federici destaca o caráter global da caça às bruxas e enfatiza que precisamos compreender esse fenômeno inserido no contexto atual, de “profunda crise do processo de reprodução social causada pela liberalização e pela globalização das economias africanas.” (2019a, p.109). Ao interligar a atualidade da caça às bruxas com a globalização e as novas formas de acumulação de capital, ela traz como exemplo de caça às bruxas nos dias atuais os ataques e invasões a comunidades e “assassinato de bruxas” no continente africano, ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, em países como Quênia, África do Sul, Benin, Camarões, Tanzânia, República Democrática do Congo e Uganda. (FEDERICI, 2019a, p. 112).

grande escala, como o que testemunhamos atualmente. (Bales, 1999) (ibidem, p. 207)

É preciso compreender que esse processo é inerente a produção capitalista e só é possível nos libertarmos das amarras do capital rompendo com essa lógica de produção baseada no trabalho assalariado, produtor de valor¹².

Tratemos agora da diminuição da população causada pela expansão da acumulação capitalista por todo o globo: além do extermínio de 95% da população nativa do continente americano, vemos, da década de 1580 até o início do século XVII, uma drástica redução da população da Europa Ocidental (FEDERICI, 2017, p. 167-8). Além da fome e das doenças que se alastravam pelas cidades, considerou-se ainda, como fator de declínio da demografia, as baixas taxas de natalidade e a resistência dos pobres em se reproduzir. Sabe-se que, ao final do século XVI, a idade de casamento estava se elevando em todas as camadas sociais e a quantidade de crianças abandonadas só se elevava. (ibidem, p. 168)

As décadas de 1620 e 1630 são caracterizadas por um ápice da crise demográfica e econômica. Tanto na Europa quanto nas colônias, os mercados se contraíam e o desemprego aumentava. O impacto das economias coloniais e europeias era recíproco de tal forma que isso acelerou o curso da crise. Segundo Federici, essa foi a primeira crise econômica internacional. (ibidem, p. 169)

A resposta do Estado a essa crise foi uma ascensão absurda de castigos brutais a qualquer prática que atrapalhasse o crescimento populacional. A partir de então a reprodução e crescimento populacionais se tornaram objetos de estudo para os intelectuais e assuntos de Estado. É a partir deste momento que se originam os novos métodos disciplinares para regular a procriação e destruir qualquer possibilidade de controle das mulheres sobre a reprodução.

Não pode ser apenas coincidência que, no momento em que os índices populacionais caíam e em que se formava uma ideologia que enfatizava a centralidade do trabalho na vida econômica, tenham se introduzido nos códigos legais europeus sanções severas destinadas a castigar as mulheres consideradas culpadas de crimes reprodutivos. (ibidem, p. 170)

Na metade do século XVI generalizou-se a ideia de que a riqueza de uma nação era determinada pela quantidade de cidadãos que ela possuía. É possível perceber essa preocupação no programa da Reforma Protestante, o qual rejeitava a tradição da castidade

12 Sobre o capitalismo ter como base o trabalho assalariado, produtor de mercadorias, as quais são, ao mesmo tempo, valor de uso e valor, ver Karl Marx (2017) em *O Capital*, capítulo 1.

da igreja católica e valorizava o casamento e a própria capacidade reprodutiva das mulheres. A ideologia do mercantilismo representa claramente essa necessidade do crescimento populacional. Não por acaso tal concepção teve seu auge na segunda metade do século XVII: acreditava-se que uma grande população era necessária para a prosperidade e poder de uma nação.

As ideias e práticas mercantilistas (a saber, a criação das casas de trabalho, a perseguição aos que se recusavam a trabalhar, o tráfico de pessoas para trabalho escravo, etc) expressam a necessidade social da classe dominante na primeira fase do capitalismo, atendendo aos requisitos necessários durante o período de acumulação primitiva. Emerge uma nova concepção de seres humanos: passamos a ser vistos como recursos naturais que trabalham e criam para o Estado. Aliada às políticas de assistência pública, vemos o início de uma política reprodutiva capitalista.

A família ganhou uma nova importância, se tratando da instituição através da qual a força de trabalho se reproduzia e a propriedade era transmitida de geração para geração. Neste período o Estado passou a intervir de forma mais direta na sexualidade, procriação e vida familiar. O que o Estado efetivamente fez foi iniciar uma guerra contra as mulheres, afim de acabar com o controle que estas possuíam sobre seus corpos e sua reprodução. E o principal meio pelo qual esta guerra foi empreendida foi a caça às bruxas, através da demonização de qualquer tipo de prática contraceptiva ou não-procriativa.

Tal guerra empreendida contra as mulheres também se caracterizou pela redefinição do que seria um crime reprodutivo. A partir da segunda metade do século XVI, vemos, simultaneamente aos primeiros carregamentos humanos de africanos em barcos portugueses, que todos os governos da Europa passaram a aplicar penas muito mais severas à contracepção, infanticídio e aborto. (ibidem, p. 174)

Foi também neste momento que os médicos homens passaram a entrar nas salas de parto, afinal, havia uma desconfiança nas parteiras. É também neste período que, nos casos de emergência, passaram a priorizar a vida do feto em detrimento à da mãe, além de retirarem as outras mulheres, que antes acompanhavam o processo, da sala de parto. Ademais, as parteiras foram postas a serviço dos médicos e chamadas para vigiar as mulheres.

Isso gerou todo um clima de desconfiança, suspeita e vigilância do corpo, da sexualidade e das relações. Foram 200 anos de confinamento das mulheres à procriação.

A criminalização da contracepção expropriou as mulheres dos saberes relacionados à terra e às plantas. Esse conhecimento, que antes era passado de geração

em geração, nos foi tomado, apesar de permanecer existindo na clandestinidade. Quando os métodos contraceptivos apareceram novamente já não eram mais daquele tipo que dava à mulher alguma autonomia, mas eram para o uso masculino. (ibidem, p. 181) Além de relegar às mulheres o trabalho reprodutivo, as transformaram em trabalhadoras não assalariadas.

ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, **degradando a maternidade à condição de trabalho forçado**, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra sua vontade ou, como dizia uma canção feminista dos anos 1970, forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado” é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho. Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo muito estudado pelas historiadoras feministas, e que estava praticamente completo até o final do século XVII. (ibidem, p. 181-2, destaques adicionados)

As mulheres mais pobres encontravam cada vez mais dificuldade para obter qualquer emprego. Ainda que conseguissem trabalhar como empregadas domésticas, fiandeiras, tecelãs, trabalhadoras rurais, bordadeiras, vendedoras ambulantes e amas de leite, sempre recebiam muito menos que o suficiente para manter-se. Paulatinamente se difundia a ideia de que a mulher não deveria trabalhar fora de casa e só deveria participar da produção para ajudar seu marido.

qualquer trabalho feito por mulheres em casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (Wiesner, 1993, p. 83 e segs.). Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como produtivo. (ibidem, p. 182-3)

As mulheres se desculpavam por pedir trabalho e imploravam por algum serviço para que conseguissem sobreviver. Era necessário extirpar a ideia de que uma mulher poderia ser capaz de sobreviver sozinha. O matrimônio deveria ser sua carreira e, dentro de pouco tempo, qualquer tarefa empreendida por mulheres dentro de casa seria chamada de tarefa doméstica.

A impossibilidade de conseguir trabalho assalariado e conseqüentemente, de se manter, levou à uma massificação da prostituição. “Porém, logo que a prostituição se tornou a principal forma de subsistência para uma grande parte da população feminina, a atitude institucional a respeito dela mudou.” (ibidem, p. 185). Se na Baixa Idade Média a prostituição foi vista como um “mal necessário” e as prostitutas também “se beneficiaram” com os altos salários da época, a partir do século XVI, o quadro se

transformou de tal forma que, a princípio, foram impostas novas restrições à prostituição e, depois, criminalizaram-na.

Nesse clima de misoginia cada vez maior, entre as décadas de 1530 e 1560, os bordéis foram fechando suas portas e as prostitutas passaram a ser brutalmente penalizadas. Para se ter ideia, “na França do século XVI, o estupro de prostitutas deixou de ser um crime” (ibidem, p. 187).

A exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido se relaciona diretamente à função a que foram submetidas: trabalhadoras (não assalariadas) do lar. Vale lembrar que as mulheres que viveram (e muitas que ainda vivem) essa situação trabalham literalmente até morrer.¹³ Olhando a partir do presente, não é difícil relacionar a proibição da prostituição e a exclusão das mulheres dos espaços públicos com o surgimento da figura da dona de casa e a redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho.

Federici destaca que, a partir do final do século XV, as mulheres passaram a ser excluídas das oficinas pelos artesãos. Na Alemanha, eles solicitaram às autoridades que as mulheres fossem impedidas de competir com eles, o que expressa o interesse por parte dos artesãos de que as mulheres ficassem enclausuradas no trabalho doméstico. (ibidem, p. 188). As mulheres que desafiavam essas normas eram consideradas putas ou bruxas, e, conseqüentemente, violentadas e assassinadas.

Sem o apoio das autoridades, não teriam conseguido relegar às mulheres essa função. A partir da aliança entre os artesãos e as autoridades locais, além da contínua privatização da terra, conseguiram criar uma nova divisão sexual do trabalho que ocultava a condição das mulheres de trabalhadoras. Sua função/ocupação social passara a ser de mãe, esposa, filha, viúva. Essa nova divisão dava aos homens livre acesso aos corpos e trabalhos das mulheres e aos corpos e trabalhos de seus filhos. Elas se tornaram substitutas das terras perdidas com os cercamentos à medida que passaram a cumprir a função de ser o meio de reprodução mais básico para os homens e um “bem comum que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade” (ibidem, p. 191).

Quando as pessoas ainda possuíam acesso às terras, mantinham sua subsistência a partir dela, contudo, à medida que subordinaram as mulheres ao trabalho doméstico ao

¹³ É necessário considerar o trabalho de limpar, cozinhar, cuidar dos filhos, lavar, cuidar dos idosos, tudo o que diz respeito à manutenção da casa, o trabalho emocional e afetivo que envolve essas atividades e o próprio sexo, que na realidade de muitas mulheres, sejam “donas-de-casa” ou não, tornou-se trabalho.

mesmo tempo que o invisibilizaram, deixando de compreendê-lo como trabalho, esse trabalho (e não só o trabalho, como a própria mulher) passou a ser entendido como um recurso natural, um “bem comum”, uma substituição das terras que antes eram comuns, “o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.” (ibidem, p. 191). É necessário sempre olhar com atenção para não naturalizar e deshistoricizar os papéis de gênero a que fomos e ainda somos submetidas.

Com essa nova ordem patriarcal, cria-se uma dupla dependência: dos empregadores e dos homens. A subordinação aumenta porque as mulheres deixam de possuir acesso à terra e aos bens comuns, elas mesmas passam a ser consideradas bens comuns – seu trabalho passa a ser definido como um recurso natural e apartado das relações de mercado.

A família nuclear, como conhecemos hoje, surgiu no período da acumulação primitiva. Ela foi a instituição mais importante para apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres (ibidem, p. 193), se tratando do principal centro de reprodução da força de trabalho e caracterizando a separação da esfera pública e privada. Na nova família burguesa, o homem é como o representante do Estado, encarregado de disciplinar e supervisionar seus subordinados: esposa e filhos. (ibidem, p. 193)

Por outro lado, a situação da população era tão precária que só se vê a “clássica figura da dona de casa” em tempo integral no século XIX. Só ali se generaliza entre a classe trabalhadora tal imagem da mulher, centrada no trabalho reprodutivo. Isso ocorre em resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial (ibidem, p. 195) e, como resultado, os trabalhadores assalariados do sexo masculino conseguiram garantir maiores salários, capazes de sustentar as esposas. Neste mesmo período vemos uma mudança no tipo de exploração dos homens assalariados europeus: ela ganha um aspecto mais intensivo do que extensivo – há uma transformação da exploração baseada na máxima extensão da jornada de trabalho e redução de salários ao mínimo para um regime que compensa os salários mais altos e menos horas de trabalho com um aumento da produtividade do trabalho e do ritmo de produção. Aqui também é nítido que o novo acordo entre empregadores e trabalhadores também excluía as mulheres, ou melhor, mantinha-as fora da esfera pública. (ibidem, p. 196)

Nos séculos XVI e XVII, grande parte do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres pobres era destinado às famílias de seus empregadores e não às suas. Diante do cenário de extrema miséria, a tendência era adiar o casamento e desintegrar a família.

Eram as prostitutas que muitas vezes faziam esses trabalhos para os homens assalariados. Com a criminalização da prostituição, as mulheres foram castigadas e os homens tiveram seu poder reforçado. Qualquer homem poderia acusar uma mulher de prostituição, manchando sua imagem e levando-a a ruína. Elas estavam nas mãos deles. (ibidem, p. 196-7)

Ao longo dos séculos XVI e XVII criou-se uma imagem da mulher como um ser selvagem, irracional, que precisava ser domesticado. Não por acaso os principais temas da literatura e da política na época da “transição” eram a insubordinação da mulher e os métodos que poderiam ser utilizados para que elas passassem a obedecer. Era comum ver, na literatura da época, a personagem da esposa desobediente, desbocada, dominadora, desafiando a hierarquia social e batendo no seu marido. (ibidem, p. 199ss)

Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério. (Underdown, 1985^a, p. 117 e segs.) (FEDERICI, 2017, p. 203)

Houve uma redefinição ideológica das relações de gênero no período de transição para o capitalismo onde as diferenças entre homens e mulheres foram maximizadas. Foi estabelecido que “mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino.” (ibidem, p. 201-2). Essa ideia de que as mulheres eram seres irracionais, vaidosas, selvagens, desbocadas, esbanjadoras era consenso nas discussões intelectuais e religiosas.

Não é difícil perceber que a produção literária, intelectual e cultural também estava (e boa parte dela permanece) atendendo às necessidades dominantes. É possível fazer um paralelo dessa imagem que fora criada da mulher com a imagem que também retratavam dos índios, como selvagens e tomados por práticas demoníacas e depravadas. Tal imagem literalmente serve ao processo de expropriação. (ibidem, p. 203)

A demonização da população indígena e africana serviu para justificar a escravização e o saque de todos seus recursos. Já na Europa, a demonização da mulher vem para criminalizar o controle sobre a reprodução, justificando a apropriação de seus corpos e seus trabalhos. “O preço da resistência era, sempre, o extermínio.” (ibidem, p. 203)

Foram dois séculos de extrema degradação da posição social das mulheres. Vemos, assim, a erosão generalizada de seus direitos: na França, elas perderam o direito de realizar atividades econômicas por conta própria, na Itália passaram a frequentar menos os tribunais para denunciar os abusos que sofriam e, na Alemanha, foram proibidas de morarem sozinhas ou com outras mulheres. As mais pobres não podiam morar nem com suas famílias, pois acreditava-se que elas não seriam adequadamente controladas. Nos países mediterrâneos, era muito perigoso até mesmo andar nas ruas, pois poderiam ser violentadas a qualquer momento, mesmo a luz do dia. *A política era de isolamento*: não deveriam sair de casa, nem mesmo ficar perto das janelas ou até mesmo visitar seus pais. (ibidem, p. 199s)

As mulheres inglesas eram dissuadidas de sentar-se em frente a suas casas ou de ficar perto das janelas; também eram orientadas a não se reunirem com suas amigas (nesse período, a palavra *gossip* [fofoca], que significava “amiga”, passou a ganhar conotações depreciativas). Inclusive, era recomendado às mulheres que não visitassem seus pais com muita frequência depois do casamento. (ibidem, p. 200)

Precisamos falar sobre as marcas deixadas em todas as mulheres diante de tamanha campanha de terror e as práticas as quais eram submetidas (desde andar pelas ruas usando uma “rédea” ou focinheira quando eram “desbocadas”, a serem marcadas a ferro quente, à criação de um clima de desconfiança mútua e todo o tipo de abuso e tortura possível). Junto com as mulheres que queimavam nas fogueiras, destruíram “todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimentos que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista”. (ibidem, p. 205)

Com essa derrota, surge um novo padrão de feminilidade: “a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas.” (ibidem, p. 205) Tal mudança foi inaugurada no final do século XVII, depois de mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Descarta-se então, a imagem da mulher selvagem, que atendia (e muitas vezes refletia a fome e fúria) à necessidade da época anterior para dar lugar a imagem da mulher obediente, assexuada, com instinto materno, etc.

A expansão da lógica de demonização: escravidão e colonização

É impossível falar sobre a história do capitalismo sem elucidar que o trabalho escravo e a conquista das Américas compõem seu processo fundacional. O trabalho escravo foi fonte de muita riqueza e trabalho acumulado, com uma taxa de exploração muito mais elevada que a dos trabalhadores europeus. Sem o açúcar, a prata e o ouro

importados do Brasil, os colonizadores nunca teria conseguido sair da crise em que se encontravam. Federici destaca quão essencial foi o sistema de *plantation* para dar sustento à Revolução Industrial. Nas palavras dela, “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa.” (ibidem, p. 207). Tal sistema tornou possível não só uma quantidade gigantesca de trabalho acumulado como inaugurou uma nova divisão internacional do trabalho, voltada para a produção para exportação, sendo este até hoje o paradigma das relações de produção capitalistas.

O sistema de *plantation* também foi crucial para criar uma nova divisão internacional do trabalho em que os bens consumidos pela população europeia eram produzidos pelos trabalhadores escravizados. O trabalho dos escravizados foi, portanto, integrado à reprodução da força de trabalho europeia ao mesmo tempo em que estes trabalhadores eram mantidos separados social e geograficamente. (ibidem, p. 207-8). Vale lembrar que até os dias atuais são os trabalhadores de países como o Brasil, via exportação, que produzem os bens de consumo baratos que os trabalhadores de países economicamente desenvolvidos necessitam para manutenção de sua força de trabalho.

Assim como o trabalho doméstico feminino, foi consolidada a integração do trabalho escravo à produção e reprodução da força de trabalho nas metrópoles de tal forma que, “o trabalho assalariado, mais que oferecer uma alternativa ao trabalho escravo, foi transformado em dependente da escravidão” (ibidem, p. 209).

Federici ressalta ainda que os salários da população europeia só se elevaram (ainda que modestamente) depois da década de 1650, após a institucionalização da escravidão. (ibidem, p. 208). Porém, longe de melhorar a condição de vida do povo europeu, a escravidão e a caça às bruxas foram um gigantesco laboratório para experimentação de métodos de disciplinamento e controle do trabalho, que pouco depois foram implementados na Europa. Só depois que a escravidão foi abolida que os salários da população europeia se elevaram de forma considerável e os trabalhadores conquistaram o direito de se organizar. (ibidem, p. 209-10)

A historiadora lembra ainda que foi o fervor da luta antifeudal que motivou a nobreza menor e os comerciantes a irem em busca da expansão colonial. A conquista deu a eles ouro e prata para pagar os exércitos mercenários que derrotaram as revoltas que se alastravam por todo o continente. Enquanto a população europeia era retirada de suas casas e terras e as mulheres eram torturadas, enforcadas e queimadas como bruxas, os

Incas, Astecas e Aruaques eram dominados e subjugados no continente americano. (ibidem, p. 210)

Se temia uma aliança fatal entre os oprimidos e sabiam da necessidade de mantê-los separados. Foram poucos os europeus que imigraram para a América ao longo do século XVI - boa parte deles eram representantes do clero. Já durante os séculos XVII e XVIII, os europeus que eram mandados para a América foram por serem condenados, tinham de cumprir sentença penal ou servidão por dívidas. A restrição à migração era necessária para manter os trabalhadores separados. Na década de 1650, por exemplo, descobriram que os condenados que foram enviados para as Ilhas Britânicas para o trabalho servil estavam conspirando junto dos africanos escravizados (ibidem, p. 213). A partir de 1640 foram construídas hierarquias raciais nas colônias do sul dos Estados Unidos da América e do Caribe (ibidem, p. 214). No final do século XVIII as fronteiras raciais estavam traçadas.

Recorreram a escravidão perpétua para segregá-los: transformaram-na em condição hereditária; os casamentos entre negros e brancos foram proibidos; a servidão dos brancos por dívidas foi eliminada e ser “branco”, nas colônias, passou a significar um atributo moral para designar aqueles que eram cristãos, ingleses, ou “homens livres” enquanto ser negro ou africano tornou-se sinônimo de ser escravo. A solidariedade entre europeus e africanos foi enfraquecida, as relações entre estes foram demonizadas. (ibidem, p. 214) Na década de 1660, a caça às bruxas na Europa estava chegando perto do fim, por outro lado, todo aquele mesmo processo estava sendo revivido nas colônias inglesas, tendo agora como alvo os homens negros.

Já nas colônias espanholas, na década de 1540, a “raça” se tornou fator-chave para transmissão de propriedade. Construíram uma hierarquia racial que separou indígenas, mestiços e negros uns dos outros e da população branca. (ibidem, p. 218) No México e no Peru as mulheres indígenas foram privadas de sua autonomia à medida que eram obrigadas a acompanharem seus maridos para as zonas que se sabia que eram de extermínio, em virtude da poluição criada pela mineração. (FEDERICI, 2017, p. 220)

Outro ponto a ser destacado sobre a vida nas colônias é sobre a partilha de conhecimentos, considerados bruxaria, entre as mulheres. Houve grande intercâmbio e mistura das tradições africanas, europeias e indígenas sobre assuntos relacionados a curas mágicas, remédios para o amor, entre outras práticas e conhecimentos tradicionais que visavam combater a discriminação sexual e controlar sua capacidade reprodutiva. (ibidem, p. 219)

Contudo, com a discriminação racial, as mulheres brancas ascenderam de categoria, tiveram suas cargas de trabalho diminuídas e tornaram possível que elas fossem donas de escravos, geralmente mulheres, que eram responsáveis pelas atividades domésticas. O objetivo tanto da discriminação sexual quanto da racial era o mesmo: dividir o povo e destruir a possibilidade da vida comunitária.

Vale destacar um último aspecto da vida nas colônias no sistema de *plantation*: até a abolição do tráfico de escravizados, em 1807, mulheres e homens eram subordinados ao mesmo grau de exploração. Os agricultores achavam mais lucrativo fazê-los trabalhar até morrer do que estimular a reprodução. Apesar da igualdade na labuta, as mulheres recebiam menos comida, eram violentadas sexualmente e seus castigos eram mais cruéis (chegavam a apanhar grávidas!) (ibidem, p. 223). Foi só a partir de 1807 que os fazendeiros do Caribe e EUA passaram a uma política (ainda que mal sucedida) de “criação de escravos”, aumentando a regulação das relações sociais e dos hábitos reprodutivos das mulheres negras. Ao mesmo tempo que ficaram mais suscetíveis aos ataques sexuais, foram criadas condições para que pudessem se reproduzir: reduziram suas horas de trabalho, construíram casas de parto, ofereceram parteiras para assistirem o parto, etc. As taxas de natalidade, contudo, permaneceram baixas e foi apenas quando a escravidão foi erradicada que as mulheres começaram a procriar e a comunidade de “escravos libertos” começou a crescer. (ibidem, p. 224-8)

Neste trabalho foi possível tratar dos elementos centrais trazidos por Federici nos dois primeiros capítulos de sua obra. A historiadora finaliza o segundo capítulo destacando que “a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.” (ibidem, p. 232-3)

A destruição das relações de cooperação e solidariedade, o isolamento da mulher, a retirada de qualquer possibilidade de autonomia para manter sua subsistência, da transmissão geracional de saberes relacionados ao corpo, à terra, aos ciclos da natureza, é uma necessidade que o próprio capitalismo põe para criar suas condições de existência.

Percebemos então como a expansão colonial foi condição histórica para que os valores capitalistas dominassem todo o globo. As vidas foram colocadas a serviço da produção e acumulação de riqueza por parte de poucos. O capitalismo veio para transformar a vida em capacidade de trabalhar.

Considerações Finais

Procuramos, a partir das considerações desenvolvidas neste trabalho, defender a necessidade da luta anticapitalista para o movimento feminista: para superar a lógica patriarcal e o machismo estrutural é necessário romper com a lógica do capitalismo. Entende-se, portanto, que a luta pela libertação da mulher e dos corpos dissidentes é também a luta pela emancipação da vida e do trabalho como são no capitalismo.

Vimos ainda que a caça às bruxas, o trabalho escravo e a expansão colonial foram condição histórica para o desenvolvimento da lógica capitalista de produção. Explicita-se, assim, que o modo de produção em que vivemos, baseado no trabalho assalariado, produtor de mercadorias, têm como pressuposto histórico o trabalho não remunerado. Às mulheres, a partir do período da acumulação primitiva, foi relegado o trabalho doméstico e reprodutivo de tal forma que essa posição foi naturalizada e deshistoricizada, invisibilizando o papel feminino na reprodução material da vida humana. É exatamente nesse momento da história que a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. Nossos corpos se tornaram máquinas de produzir (parir) mão de obra.

Por fim, ressalta-se dois elementos indispensáveis para o desenvolvimento da lógica capitalista de produção: a privatização da terra e todo o processo de cercamento e expropriação. Foi necessário expropriar a humanidade do contato mais direto e orgânico que possuíamos com a terra, a natureza, nossos corpos e entre nós. Um dos exemplos trazidos por Federici que confirma tal posição foi a experiência das mulheres escravizadas no Caribe, que, com o pedacinho de terra que lhes foram entregues, conseguiram criar um mercado interno e uma política de autossuficiência que tinha como base estratégias de sobrevivências e a criação de redes de mulheres para se ajudarem. O processo de expropriação e as investidas do capital continuam ocorrendo. A necessidade de lutar contra as amarras do capital e do patriarcado está posta. Resta a nós lutar, resistir e sobreviver.

Referências bibliográficas

DUAYER, Mario. ARAUJO, P.H.F. **Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n.35, v.13, pp.15-36, 2015.

FEDERICI, Silvia. [2004]. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. [2012]. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

MUNIZ, Marina P. M. **Crítica do trabalho no capitalismo: trabalho alienado, fetichismo da mercadoria e teoria do valor em Karl Marx,** 2019. 80p. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Filosofia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28255>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MARX, Karl. [1844]. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. [1867]. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

POSTONE, Moishe. [1993]. **Tempo, trabalho e dominação social.** Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

THOMPSON, Edward P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.** In: **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.